

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.687 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2003

## PAUTA DO PLENÁRIO

### Pode ser votada hoje gratuidade da primeira certidão

### Mudança em regras para eleições será examinada amanhã

O Senado deve votar hoje a proposta de Pedro Simon que garante a todos os brasileiros a gratuidade do registro e da primeira certidão de nascimento, casamento e óbito. Amanhã serão analisados projetos que modificam os critérios para o número de candidatos às eleições e para a destinação do tempo do horário eleitoral aos candidatos a senador.

PÁGINA 3



Gerardo Magela

Demostenes Torres, entre Tasso Jereissati e Pedro Simon, na Subcomissão de Segurança Pública: senadores pediram vistas do relatório sobre projeto que modifica regime prisional no Brasil

### Emendas do relator ampliam restrições aos presos perigosos

O relatório entregue ontem à Subcomissão de Segurança Pública pelo senador Demostenes Torres torna mais rigoroso o regime disciplinar dos presos ligados ao crime organizado. São 18 emendas ao projeto de lei da Câmara que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Uma delas prevê que o detento poderá ficar isolado por todo o período da pena, conforme o caso. Contatos com advogados e parentes só poderão ocorrer uma vez por mês. Visitas íntimas e o recebimento de alimentos ficam proibidos.

PÁGINA 7

### Comissão analisa censura a Cuba

Requerimentos com moção de repúdio a Cuba serão votados hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Referem-se a recentes medidas de Havana contra os direitos humanos e as liberdades individuais, inclusive o fuzilamento de três pessoas que tentaram fugir da ilha.

PÁGINA 5

### Três ministros debatem hoje no Senado as propostas do governo

Os ministros Olívio Dutra (Cidades), Guido Mantega (Planejamento) e Anderson Adauto (Transportes) comparecem hoje ao Senado. Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos ouve Dutra e o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, sobre a política habitacional do governo. Às 11h, na Comissão de Infra-Estrutura, Adauto detalha suas propostas de trabalho à frente da pasta dos Transportes. E, às 14h30, Mantega expõe aos membros da Comissão Mista de Orçamento as linhas básicas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano.

PÁGINA 2

## Comissão analisa outorga de emissoras

O processo de concessão e renovação de outorgas de emissoras de rádio e televisão no país será debatido em audiência pública a ser promovida pela Comissão de Educação (CE) amanhã, com a presença do secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Eugênio de Oliveira Fraga. O requerimento solicitando a audiência é de autoria dos senadores Flávio Arns (PT-PR), Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvatti (PT-SC), Eurípedes Camargo (PT-DF) e João Capiberibe (PSB-AP).

A Comissão de Educação se reunirá hoje para votar pauta com 59 itens, dos quais 52 decretos legislativos referentes a autorizações e renovações de concessões de rádio e TV. Esses decretos são terminativos, ou seja, têm sua decisão final na própria comissão, a não ser que haja recurso para que a matéria seja examinada pelo Plenário do Senado.

A comissão votará ainda projeto que permite às instituições públicas de pesquisa transferir direito de propriedade de material genético vegetal para empresas privadas.

Também consta da pauta da CE projeto que prioriza o efeito social da programação das emissoras como critério para análise de concessão de serviço de radiodifusão. De acordo com o relator do projeto, Gerson Camata (PMDB-ES), a iniciativa visa fazer com que as estações de rádio e de televisão observem os compromissos assumidos quando das outorgas de permissões e concessões para os serviços.

Outra matéria a receber a atenção dos membros da CE será projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) obrigando o uso de leite de vaca nas merendas escolares. O projeto recebeu relatório favorável do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

# Olívio Dutra debate hoje política habitacional na CAE

Além do ministro das Cidades, senadores da comissão ouvem o presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve hoje, a partir das 10h, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, e o presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Jorge Mattoso, sobre as políticas públicas do governo para corrigir o déficit habitacional do país, principalmente no setor de baixa renda, e sobre as prioridades do governo nas áreas de saneamento e urbanização.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), autor do requerimento, solicitou a audiência pública com o objetivo de obter infor-



Arthur Virgílio quer conhecer planos do governo para reduzir déficit de moradias no país

mações sobre os planos da administração do presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva em setores prioritários para a sociedade brasileira e, assim, subsidiar os senadores da CAE.

Na justificativa do seu requerimento, o senador argumenta que o Senado precisa conhecer os projetos e as propostas de financiamento para as diferentes camadas da população brasileira, bem como as ações paralelas na área de infra-estrutura de saneamento e urbanização. É a primeira vez que o ministro das Cidades e o presidente da CEF participam de audiência pública da CAE.

## Mantega explica hoje projeto da LDO para 2004

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, exporá hoje, aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO), as linhas básicas do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004.

Encaminhado ao Congresso Nacional no dia 15 de abril, o projeto contém previsão de crescimento da economia brasileira de 3,5% no próximo ano, com metas de expansão de 4% em 2005 e de 4,5% em 2006. A projeção para o câmbio é a de chegar a 31 de dezembro de 2004 com a moeda norte-americana cotada em R\$ 3,56, prevendo elevação para R\$ 3,70

no último dia do exercício seguinte e de R\$ 3,84 na mesma data de 2006, que marca o término do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A proposta do Executivo trabalha com redução da taxa nominal de juros dos títulos do governo para 14,88% ao ano, em média. A medida representa queda expressiva em relação à última taxa Selic fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), de 26,5% ao ano. Nos dois exercícios seguintes, as metas do governo projetam juros básicos nominais de 12,25% em 2005 e de 10,88% em 2006.

O esforço fiscal para o próximo



Ministro Guido Mantega fala aos senadores da Comissão de Orçamento

ano resultará em uma sobra de caixa (diferença entre receita e despesa, sem computar gastos com juros da dívida pública, no conceito do superávit primário) de R\$ 55,7 bilhões. Em 2005, o superávit nominal previsto é de R\$ 60,9 bilhões e, em 2006, deve alcançar R\$ 66,3 bilhões.

## Ministro discute propostas para transportes

Em audiência pública prevista para as 11h de hoje, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, vai falar sobre as principais linhas de atuação de sua pasta aos integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

O requerimento para realização da audiência é de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Durante o encontro, o ministro poderá prestar esclarecimentos aos senadores sobre as suas propostas de aperfeiçoamento da infra-

estrutura de transportes do país. Muitos senadores têm reclamado com frequência em Plenário sobre o estado das rodovias brasileiras e também têm solicitado mais atenção para o transporte ferroviário e hidroviário.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2003

### PRESIDENTE

10h45 — Recebe o ministro dos Transportes, Anderson Adauto

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Mensagem 96/02, submetendo à deliberação do Senado a indicação de Synesio Sampaio Góes Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo também junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo; Mensagem 69/03, solicitando a retirada da Mensagem 298/02, de indicação de Valdemar Carneiro Leão Neto para o cargo de embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela; e PLSs 135, 136, 137, 138 e 139, de 1997, autorizando a criação de distritos agropecuários em Roraima.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: audiência pública com o ministro das Cidades, Olívio Dutra, e o presidente da CEF, Jorge Mattoso. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura  
Pauta: audiência pública com o ministro dos Transportes, Anderson Adauto. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Educação  
Pauta: PLS 527/99, veda a instituições públicas transferir o direito de propriedade de material genético vegetal para entidades privadas e altera a Lei nº 9.456/97; PLS 165/02, introduz modificações na Lei nº 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações); PLS 41/03, torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar; PRS 73/02 (formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; entre outras matérias. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

12h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Requerimentos 223 e 10, de 2003, dos senadores Arthur Virgílio e Jefferson Péres, solicitando, respectivamente, repúdio e condenação ao ato arbitrário perpetrado contra a liberdade de opinião e às liberdades individuais de militantes de direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano; e voto de censura ao governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

14h30 — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: apreciação de atos de reuniões anteriores; relatórios apresentados à MP 31/02 (crédito extraordinário); ao PDL 10/00-CN, referente a liberação de execução; e a Mensagem 379/01-CN (encaminhando ao Congresso esclarecimentos sobre medidas na área de transporte).

15h — Audiência pública com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, sobre a LDO de 2004. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: discussão e votação do relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior sobre a Denúncia nº 1/03. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Slhessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Senado vota PEC que garante a gratuidade de certidões

Está marcada para hoje a votação da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que garante a todos os brasileiros a gratuidade do registro e da primeira certidão de nascimento, casamento e de óbito. Atualmente a Constituição estabelece que são gratuitos apenas o registro de nascimento e a certidão de óbito àqueles reconhecidamente pobres.

Na sessão de ontem foi aprovado o arquivamento do projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que garantia aos trabalhadores rurais os mesmos direitos do trabalhador urbano regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O arquivamento atendeu a pedido do próprio autor. Segundo Osmar Dias, o projeto, que tramitava havia três anos, perdeu a razão de ser porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que vai mudar a CLT.

— A CLT, quando foi criada, em



Simon é autor da emenda que universaliza o direito às certidões gratuitas

1943, representou um enorme avanço. Mas está obsoleta em alguns pontos e, por isso, os direitos do trabalhador rural devem ser novamente discutidos dentro dessa reforma.

A relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), elogiou a decisão do senador. Em resposta, Osmar Dias afirmou: “Prefiro acreditar na colega senadora do que na versão que lhe foi atribuída pelo colunista Cláudio Humberto, que publicou que a senhora teria dito que meu projeto era ‘imoral e indecente’. Fico com o que Vossa Excelência diz na minha frente”, observou Osmar Dias.

### INFORMAÇÕES

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que está preparando requerimentos a ministros que responderam de forma vaga ou se recusaram a responder pedidos de informação. “Nos próximos dias farei requerimentos pedindo o enquadramento no crime de responsabilidade.”

## Universidades da Amazônia podem ter mais recursos

O Senado deve votar esta semana em segundo turno proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para as universidades federais na região amazônica. O autor da proposta, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), defendeu ontem a proposta e pediu o voto dos senadores.

Conforme disse, os investimentos em educação são a única forma para desenvolver a região.

— A educação é o que se pode fazer na Amazônia, um verdadeiro laboratório a céu aberto — afirmou o senador, salientando ainda que a falta de recursos para pesquisa agrava o problema da biopirataria.

De acordo com Mozarildo, se a proposta estivesse em vigor, seriam garantidos R\$ 466 milhões aos orçamentos das universidades federais da região. Esses recursos, afirmou, poderiam ser aplicados em pesquisa, extensão e melhoria na qualificação dos professores.



Mozarildo Cavalcanti apresentou proposta que garante mais verbas para o ensino na região

A proposta recebeu em Plenário o apoio do senador José Jorge (PFL-PE), que defendeu o desenvolvimento de tecnologia própria para a Amazônia. Também apoiou a emenda o senador João Capiberibe (PSB-AP). Ele apresentou dados mostrando a disparidade entre os investimentos em ensino no Sudeste, Norte e Nordeste.

— Em 1994, foram aplicados 2% em ciência e tecnologia no Norte, contra 58% no Sudeste e 13% no Nordeste. Sem recursos humanos capacitados não há saída para o desenvolvimento — avaliou João Capiberibe.

## Plenário examina propostas que mudam regras eleitorais

Projetos tratam do número de candidatos que cada partido pode apresentar e do tempo de propaganda destinado a concorrentes ao Senado

Duas propostas de mudança na legislação eleitoral deverão ser analisadas amanhã pelo Plenário, em sessão marcada para as 10h. Uma delas é o substitutivo a projeto de lei da Câmara que modifica o número de candidatos às eleições, a ser discutido em turno suplementar. Outro projeto de lei, do ex-senador Waldeck Ornélas e que será discutido em turno único, determina que, nas eleições em que houver duas vagas para senador, o tempo destinado aos dois candidatos de cada partido ou coligação ao cargo será dividido igualmente.

A primeira proposta estabelece que cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Distrital, assembleias legislativas e câmaras municipais até o triplo do número de lugares a preencher. Do número de vagas resultante dessa regra, cada partido ou coligação deverá reservar no máximo 70% das vagas para candidatos de um mesmo sexo.

Já o projeto de Ornélas estabelece que, nas eleições em que houver duas vagas para senador, o partido ou coligação que registrar apenas um candidato terá direito somente à metade do tempo que lhe for destinado, regra aplicável também se um dos candidatos



Na sessão de hoje, o Plenário vota cinco projetos de lei e a mensagem presidencial com indicação para a embaixada em Luxemburgo

registrados desistir. A outra metade será acrescentada ao tempo a ser rateado igualmente entre todos os partidos ou coligações que tenham candidato e representação na Câmara dos Deputados.

### AMAZÔNIA

Amanhã, deverá ser votada ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que destina 0,5% da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados às instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal.

Outras duas PECs estão na pauta para discussão: a do ex-senador Carlos Patrocínio, definindo que vetos presidenciais serão examinados em reuniões separadas das duas Casas do Congres-

so, e a do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento.

Também amanhã deverá ser votado projeto de lei de iniciativa da Presidência da República que dispõe sobre o incentivo a ser prestado pelo poder público à criação e consolidação de cooperativas.

A ordem do dia de hoje contém mensagem presidencial com a indicação do diplomata Synesio Sampaio Góes Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador na Bélgica, ocupar a mesma função em Luxemburgo. Ainda constam da pauta cinco projetos de lei que autorizam a criação de distritos agropecuários em Roraima.

## Zambiasi quer 2º turno em mais municípios

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) determinando que as eleições de prefeitos e vice-prefeitos nos municípios com mais de 100 mil eleitores sejam realizadas em dois turnos, quando nenhum dos candidatos alcançar maioria absoluta no primeiro. Atualmente, a votação em dois turnos para os executivos municipais só ocorre nas cidades com mais de 200 mil eleitores.

— A eleição em dois turnos posiciona-se em nossa cultura política como fator de equilíbrio e coesão. Ao compelir o eleitorado a tomar posição entre os dois mais votados, quando nenhum candidato alcança a maioria ab-



Zambiasi propõe a realização de segundo turno em cidades com mais de 100 mil eleitores

soluta no primeiro turno, a segunda votação garante a geração dos efeitos próprios de uma eleição majoritária: o vencedor terá, de fato, o apoio da maioria, e não de uma parcela do eleitorado, ainda que importante e numericamente maior do que qualquer outra — justifica Zambiasi.

O senador afirma ainda que a eleição em dois turnos impede que um resultado tipicamente proporcional seja tomado como majoritário e garante a governabilidade do candidato eleito. No seu entendimento, os custos da realização de um segundo turno e a pequena representatividade nos municípios com menos eleitores motivaram a instituição do atual limite de 200 mil eleitores.

De acordo com Sérgio Zambiasi, desde a instituição da eleição em dois turnos, há 15 anos, mudaram os interesses políticos, econômicos e culturais. Em época de rápido e intenso amadurecimento político, afirma, “um grão distante pode surpreender em termos de diversidade de interesses sociais presentes”, o que justificaria a mudança.

# Jucá cobra auto-suficiência em petróleo

Senador afirma que atraso na entrega de plataformas não justifica adiamento do plano. Ele também condenou recusa do governo em assinar moção de repúdio a repressão contra dissidentes cubanos

Em nome da liderança do PSDB, o senador Romero Jucá (RR) criticou ontem, em discurso no Plenário, o adiamento da meta para o país alcançar a auto-suficiência na produção de petróleo, transferida de 2005 para 2007. Ele disse que – embora considere importante o processo de nacionalização dos equipamentos – o atraso na entrega de plataformas de prospecção não pode servir de pretexto para adiar aquela meta, sob pena de onerar a balança comercial.

O senador voltou a cobrar a “prometida” redução no preço dos combustíveis – que seria anunciada no final da tarde pelo governo. Jucá observou que há mais de 15 dias vinha defendendo a baixa no preço dos derivados de petróleo, cujos reajustes costumam se seguir à alta do dólar ou do preço do barril no mercado internacional. Como



Romero Jucá adverte que demora em se atingir auto-suficiência onera a balança comercial

essas cotações sofreram sucessivas quedas no período, não se justificaria, portanto, a manutenção do valor cobrado pelos combustíveis. Ele informou que o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, já admitira reduzir o preço da gasolina.

Jucá condenou a decisão do governo brasileiro por não ter vo-

tado uma moção à repressão perpetrada pelo governo cubano contra dissidentes do regime de Fidel Castro. Ele criticou o que chamou de omissão do governo brasileiro ao se recusar a declarar, perante fórum internacional, o repúdio formal à prisão de 78 dissidentes do regime cubano e à execução de três cidadãos que tentavam fugir da ilha.

Em encontro com o embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Lescano, senadores brasileiros protestaram contra essa agressão e se dispuseram a montar uma comissão para negociar a soltura dos presos políticos com o governo cubano.

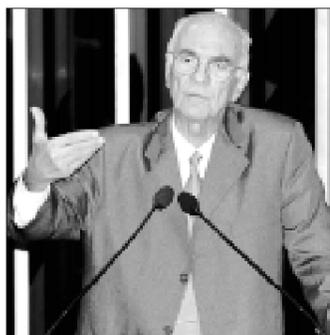
– Não somos a favor do bloqueio econômico nem do isolamento, mas, com isso, Cuba se isola e cria desculpa necessária para esse tipo de ação – ponderou.

## Saturnino defende nacionalização de plataformas

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a decisão da Petrobras de exigir maior nacionalização das plataformas de exploração de petróleo no mar.

– O presidente Lula está incentivando a indústria nacional de equipamentos para produção de petróleo. O governo passado não fez isso. Mesmo que, por conta disso, o Brasil vá importar um pouco mais de petróleo por dois anos, o benefício é grande, porque estamos criando condições para dominar completamente a produção de tais equipamentos – sustentou.

Para Saturnino, a exigência da Petrobras no sentido de maior nacionalização das plataformas marítimas propiciará a criação de mais empregos no Brasil, e não em



Produção de unidades de prospecção criará mais empregos no Brasil, diz Roberto Saturnino

outros países.

– A indústria nacional tem de dominar totalmente essa tecnologia e produzir plataformas inteiramente no país. Não podemos fazer como a Venezuela, que hoje tem petróleo mas não tem indús-

tria para produção dos equipamentos que levem a essa produção – disse.

Roberto Saturnino deu razão ao vice-líder do PSDB, senador Romero Jucá (RR), que cobrou rapidez na redução dos preços dos combustíveis, que haviam subido com o início da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.

– Como a Petrobras anunciou, ainda nesta semana os preços terão uma redução – afirmou.

O senador disse que a Comissão de Relações Exteriores votará, nesta semana, o requerimento que indica uma comissão de senadores para ir a Cuba conversar com o governo de Fidel Castro sobre a condenação de intelectuais opositores a longas penas de prisão.

## José Jorge diz que não há risco de crise energética

O senador José Jorge (PFL-PE) afirmou ontem que o diagnóstico técnico elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para os anos de 2003 a 2007 mostra resultados otimistas: não faltará energia elétrica no país, dentro de boas margens de segurança.

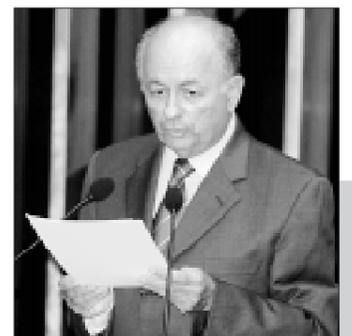
Ele alertou, porém, para a necessidade de manter o cronograma de investimentos previstos, garantindo o ritmo médio da expansão de capacidade que o setor elétrico vem obtendo desde 1995. “O que não podemos é ingressar de novo na paralisia que marcou o início dos anos 90”, disse.

Segundo José Jorge, o estudo do ONS cotejou três aspectos da questão: o plano de obras, a expansão da demanda por energia elétrica e a possibilidade de variadas condições hidrológicas. Mesmo que as obras das hidrelétricas sofram atraso de um ano e as das termelétricas atrasem meio ano, ainda assim não faltará energia elétrica até o final de 2007, explicou.

### CHUVAS FARTAS

Em relação à demanda, mesmo com um crescimento econômico recorde de 6,6% ao ano, não haverá escassez, afirmou. Quanto às condições hidrológicas, depois de duas temporadas de chuvas fartas, de 2001 para 2002 e de 2002 para 2003, os reservatórios estão em níveis bem seguros, que podem agüentar hipóteses pessimistas para as precipitações de chuvas nos próximos cinco anos, disse José Jorge.

Dentro desse quadro otimista, o senador advertiu para a necessidade de solucionar a crise que



José Jorge cobrou medidas para pôr fim às dificuldades das distribuidoras de eletricidade

atinge as empresas de energia, principalmente as da área de distribuição, que foram atingidas por uma desvalorização de ativos em escala mundial.

– É urgente que o governo federal encontre uma solução definitiva para esse problema, bem como para o equacionamento definitivo da questão do preço do gás natural e sua inserção na matriz energética natural – disse.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou que, apesar das dificuldades causadas pelo racionamento, o tão temido “apagão” não aconteceu, graças às providências do governo e à solidariedade do povo brasileiro, que soube poupar energia. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o Senado precisa ficar atento, porque o governo não pode errar em relação ao fornecimento de energia elétrica. Ele lamentou que o povo, que soube colaborar com o governo economizando energia, agora esteja sendo penalizado por tarifas públicas crescentes.

## Comissão examina proposta que impede a venda da Eletronorte

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã projeto de lei da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) que exclui a Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) das empresas públicas abrangidas pelo Plano Nacional de Desestatização. A relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), recomenda a aprovação da proposta em caráter terminativo, de acordo com

substitutivo por ela apresentado.

Os senadores da CCJ, presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), têm outros 31 itens incluídos na pauta, como o projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) que visa instituir o controle externo das agências reguladoras de setores da economia, como a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O colegiado também deve analisar as sugestões do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para aperfeiçoamento de proposta de emenda à Constituição de autoria da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que inscreve na Constituição o direito de mães adotivas à licença-maternidade.

Outra matéria incluída na pauta é o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) favorá-

vel ao projeto de lei da Câmara que permite que condutores ou proprietários de ônibus e outros veículos coletivos interponham recurso de multa aplicada por aparelho eletrônico, com efeito suspensivo. O relator ofereceu substitutivo, assim como o senador Sibá Machado (PT-AC), que apresentou voto em separado, depois de pedido vista.

Em caráter terminativo, a Comissão de Justiça pode deliberar so-

bre projeto do ex-senador Ademir Andrade que determina que as assembleias legislativas estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal sejam informadas sobre a liberação de recursos federais para esses entes federativos. A proposta tem apoio do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), que apresentou substitutivo, mas o senador Sibá Machado ofereceu voto em separado arguindo a prejudicialidade da matéria.

## Fome Zero precisa sair do papel, afirma Almeida Lima

O senador Almeida Lima (PFL-SE) fez um apelo ontem para que o governo Lula retire o programa Fome Zero do papel e o leve realmente aos rincões mais distantes do país. Ele ressaltou que os necessitados não estão apenas no semi-árido, mas também nas regiões consideradas mais ricas e promissoras.

—É preciso estabelecer o vale-vergonha, para não condenarmos os sertanejos nordestinos a uma sentença de morte, traçada com antecedência, quando todos que detêm os orçamentos conhecem a realidade e não os acodem — afirmou.

Almeida Lima leu da tribuna um relatório do prefeito do município de Poço Redondo (SE), a 185km de Aracaju, segundo o qual “até agora o Fome Zero é zero mesmo”. De acordo com o prefeito da localidade, “os assentamentos começam a se desesperar porque é programa muito lento, burocrático, e a fome não agüenta meses a fio de espera”.

Segundo o senador, há previsão



Almeida Lima adverte que os necessitados não estão apenas no semi-árido

de que cerca de 200 moradores de Poço Redondo morram este ano em consequência da seca e da miséria, conforme estudos feitos pelo governo federal e publicados domingo no *Jornal da Cidade*.

— É a morte certa, prevista, preestabelecida, conhecida. As autoridades não procuram acudir para identificar os que entram nesse estado de subnutrição, marcados para morrer, e irão morrer, porque assim aconteceu no ano anterior e nos anos precedentes — salientou.

## Pavan espera que ministro confirme duplicação de BR

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestou ontem sua esperança de que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, dê alguma notícia positiva sobre a duplicação da BR-101 quando comparecer hoje à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para falar sobre os projetos de seu ministério. O senador pediu urgência também para a recuperação das BRs 282 e 470, que, segundo ele, são vitais para a segurança e exportações catarinenses.

Leonel Pavan disse que a duplicação da BR-101, segmento sul-catarinense e norte-gaúcho, é um dos projetos mais esperados para o sul do país. De acordo com o senador, o presidente Lula da Silva e o ministro Adauto confirmaram que a obra seria prioridade do novo governo, mas até agora nada foi concretizado. Ele lembrou que, em 2002, dados da Polícia Rodoviária Federal apontaram 1.776 acidentes com 1.225 feridos e 118 mortos na BR-101.

Em aparte, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que, ao fazer o requerimento de convocação de Anderson Adauto, tinha a intenção justamente de ouvir do ministro, entre outras informações, notícias sobre o início das obras da BR-101. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e



Pavan afirma que duplicação da BR-101 foi considerada prioridade por Lula e Adauto

Eurípedes Camargo (PT-DF) solidarizaram-se com Pavan, afirmando que o tema é de âmbito nacional, pois as estradas do país estão em situação lamentável.

### MAÇÃ

Leonel Pavan também convidou os senadores e os turistas de modo geral a visitarem o Vale de São Joaquim, em Santa Catarina, por ocasião da 12ª Festa Nacional da Maçã, que se realiza até o dia 4 de maio.

Ele informou que, na abertura da festa, no dia 25 último, os governadores de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, assinaram compromisso para a construção de uma estrada a ser denominada Caminho da Neve. A estrada deverá integrar o Vale de São Joaquim ao Rio Grande do Sul.

## Senadores analisam votos de censura à repressão em Cuba

Propostas repudiam fuzilamento de cidadãos que tentavam fugir para os Estados Unidos e condenação de dissidentes do regime

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa hoje, a partir das 12h30, dois requerimentos de voto de repúdio e censura às recentes decisões do governo cubano de fuzilar três cidadãos que tentavam fugir para os Estados Unidos e de condenar a até 27 anos de prisão 78 dissidentes do regime de Fidel Castro.

O primeiro requerimento, de autoria dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM), contém uma moção de repúdio e condenação ao “ato arbitrário” que teria sido perpetrado contra a liberdade de opinião e as liberdades individuais de membros de organizações ligadas aos direitos humanos, jornalistas e economistas contrários ao regime cubano.

O relator, senador Tião Viana (PT-AC), apesar de lamentar o ocorrido em Cuba, afirmou que a condenação pura e simples, com a aprovação do voto de censura, pouco ou nada contribuiria para o aprimoramento do regime cubano, o que poderia ser alcança-



Tião Viana sugere viagem de comissão de senadores a Cuba

do de forma mais eficiente por meio de um processo de ampliação do diálogo internacional.

Por isso o relator sugeriu a criação de uma comissão de senadores brasileiros que teria por objetivo visitar aquele país, em data ainda a ser marcada, “como uma alternativa concreta e profícua para conhecer mais de perto a realidade vivida pelo povo cubano”. Somente dessa maneira, ressaltou Tião Viana, o Senado poderia “expressar as suas preocupações” à Assembléia Nacional de Cuba e ao governo do presidente Fidel Castro. Mas ele solicitou a imediata liberação dos 78 dissidentes presos.

Tião Viana lembrou que Cuba vinha fazendo progressos na área de direitos humanos, a qual teria sofrido um retrocesso em consequência do endurecimento da política externa colocada em prática pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. Mas o senador reconheceu a necessidade de se estabelecer um diálogo de alto nível entre o Parlamento brasileiro e o governo cubano, com o objetivo de, sem interferir nos assuntos internos de Cuba, “cooperar no aprimoramento das formas e condições do exercício dos direitos políticos”.

O outro requerimento a ser analisado pela CRE foi apresentado pelo senador Jefferson Péres e solicita voto de censura ao governo de Cuba por “flagrantes violações” aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palacios, condenado a 25 anos de prisão, e de outros jornalistas, como Ricardo González e Raúl Rivero, sentenciados a 20 anos. Jefferson observou que o crime atribuído a eles foi o de “defesa da liberdade de expressão e da reforma democrática do regime de Havana”.

## Raupp pede conclusão da Estrada do Pacífico

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem que o governo brasileiro empreenda gestões diplomáticas junto ao governo do Peru para acelerar a conclusão da BR-317, a chamada Estrada do Pacífico, que é uma rodovia transversal à BR-364, e liga o Acre ao estado do Amazonas. De acordo com o senador, a BR-317 fará uma ligação rodoviária internacional, com aproximadamente 2.100 quilômetros de extensão em sua totalidade, começando em Lábrea, no Amazonas, e chegando até Ilo, no Peru.

Segundo informou o senador, no final de dezembro o presidente do Peru, Alejandro Toledo, garantiu que todos os projetos regionais de responsabilidade do seu país serão terminados até o



Conforme Valdir Raupp, a rodovia é “um velho sonho” e beneficiará todos os países envolvidos

final do seu mandato. A promessa foi feita em encontro com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em Assis Brasil, no Acre, fronteira do Brasil com Peru e Bolívia. O senador ressaltou que a não

conclusão do trecho peruano da estrada retarda a integração, impedindo a chegada brasileira ao Pacífico.

— É um velho sonho brasileiro; levará nossas riquezas até os portos peruanos e impulsionará, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e social de todos os países envolvidos nessa obra — afirmou.

Na opinião das lideranças regionais, disse Valdir Raupp, a construção da estrada faz parte de um conjunto de ações que tem como objetivo o fortalecimento do chamado Corredor Fronteira Norte. O parlamentar ressaltou que, para o Brasil e para os países andinos, a conclusão da rodovia é uma das principais rotas de integração da América do Sul.

## Capiberibe quer prestação de contas diária na Internet

Para autor do projeto que obriga as autoridades públicas a apresentarem relatório de gastos, esse pode ser o início da reforma política

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu que o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), indique um relator para projeto de sua autoria que determina a prestação de contas diariamente por todas as autoridades públicas, via Internet. Para o parlamentar, a aprovação da matéria seria o início da reforma política e um passo para reduzir a desconfiança da população na classe política.

O senador citou pesquisa realizada pelo Instituto Brasmart, segundo a qual 63% da população "confia pouco ou nunca confiou nos políticos". A pesquisa traz também índices de desconfiança para a Justiça (44,2%), governadores (25,1%) e presidente da República (24,4%). Para Capiberibe, os parlamentares têm de "dar uma resposta a essa desconfiança absurda". Um dos caminhos, afirmou, seria a transparência dos orçamentos públicos. Ele obser-



João Capiberibe anunciou que prestará contas de seus gastos na página do Senado na Internet

vou que, no Orçamento da União, 50% dos recursos são destinados ao pagamento de dívidas.

— Nós conduzimos o Brasil a este beco sem saída. Essa dívida foi aprovada pelo Congresso — disse.

O parlamentar lembrou que o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou, em seu discurso de posse, a necessidade de se colocar a reforma política como prio-

ridade no Congresso. Também citou o presidente da República Lula da Silva, que defendeu a necessidade de se abrir a caixa-preta do Poder Judiciário para afirmar, em seguida, que os parlamentares têm de abrir sua própria caixa-preta.

O senador anunciou que, em breve, sua página na Internet prestará contas dos R\$ 12 mil destinados a ele e aos outros senadores para manutenção de um escritório no estado.

— O contribuinte tem o direito de saber quanto custa o Senado — frisou, lembrando que o governo do Amapá já informa a execução orçamentária na rede mundial de computadores.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) parabenizou Capiberibe por defender a realização da reforma política. A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), por sua vez, defendeu a aprovação do projeto como "o início de uma grande reforma política".

## Para Crivella, falta de fé explica problemas

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) afirmou ontem que a falta de fé pode explicar as "graves dificuldades" que atingem o Brasil e os brasileiros. Ele reconheceu o esforço que as autoridades têm realizado para superar o desemprego, o crime organizado e o tráfico, entre outros pontos críticos do cotidiano do país.

— O Brasil se ressent de fé. No momento em que discutimos uma nova sociedade e a implantação de um novo governo, não sei se essas sementes darão bons frutos se não tivermos a fé — declarou Crivella.

Nesse sentido, ele citou a experiência bem-sucedida que ele próprio viveu na Fazenda Nova Canaã, "onde os evangélicos são minoria", localizada na Rodovia do Feijão, em Irecê (BA). Segundo ele, é o primeiro passo de um grande projeto no sertão brasileiro, o Projeto Nordeste, baseado na experi-



Crivella citou sucesso da Fazenda Nova Canaã, na Bahia

ência dos *kibutzim* israelenses: assentamentos comunitários basicamente agrícolas, criados a partir da irrigação do solo com água do subsolo e dotados de modernas técnicas de produção e comercialização. Segundo Crivella, num assentamento

no sertão, o principal problema não é a falta de recursos, mas a falta de motivar as pessoas. É necessário fazê-las acreditar que é possível mudar a consciência e a própria realidade.

Antes do Projeto Nordeste, a Rede Record liderou, no final da década de 90, campanhas de assistência às vítimas da seca no sertão nordestino. Com ampla divulgação na grade de programação da rede, a população em geral era convidada a levar alimentos não perecíveis a milhares de postos de coleta espalhados em todo o território nacional. Um ano depois da distribuição de alimentos, dis-

se o senador, persistiam as cenas de aflição das vítimas da seca. Daí surgiu a idéia da criação do Projeto Nordeste.

Em apartes, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) deu seu testemunho de que o Projeto Nordeste faz um trabalho notável e deveria ser implantado em toda parte onde a população enfrenta grandes carências, "inclusive o próprio Fome Zero deveria adotá-lo", sugeriu.

Marco Maciel (PFL-PE) destacou que a estratégia defendida pelo representante do Rio de Janeiro alia problemas terrenos a questões transcendentais e fez votos de que "esse trabalho social prossiga e continue a trazer frutos para nossas comunidades mais carentes, especialmente no Nordeste".

Romero Jucá (PSDB-RR) reconheceu a importância da fé para mudar a realidade e admitiu que hoje o grande controle social que impede um descalabro total no país é a atuação das igrejas evangélicas que estão na periferia das grandes cidades.

## Ideli diz que PF encontrou autor de denúncia anônima

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou que a Polícia Federal, em ação de busca e apreensão na residência do ex-superintendente da Receita Federal em Santa Catarina, Janir Cassol, comprovou ter sido ele o autor da denúncia anônima contra o auditor fiscal Edison Araújo, por recebimento de propina. A denúncia, publicada na imprensa, apontava a parlamentar como mentora da indicação de Araújo para a Delegacia Regional da Receita Federal em Florianópolis, segundo a própria senadora.

De acordo com Ideli Salvatti, no mesmo dia da publicação da denúncia, 26 de março, ela pediu uma resposta ao corregedor da Receita, José Moacir Ferreira Leão.

Dois dias depois, a resposta foi "um atestado de idoneidade" para o auditor, mas admitia que a denúncia anônima fora ilegalmente acolhida e uma investigação oficiosa havia constatado irregularidades, afirmou.

Ideli Salvatti disse ter, então, pedido ao controlador-geral da União, Waldir Pires, que fosse avaliada a legalidade da aceitação da denúncia anônima. Ela parabenizou o Ministério Público Federal e a Polícia Federal (PF) pela agilidade na investigação sobre a denúncia e lembrou que ele, Cassol, "também foi indicado por alguém".

A senadora lamentou as notícias de desativação da equipe da Polícia Federal que investiga a lavagem de dinheiro por meio de contas CC-5 da agência do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em Nova York. Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou que, conforme lhe disse o diretor-geral da PF, delegado Paulo Lacerda, os investigadores nos Estados Unidos foram chamados de volta ao Brasil para esclarecer dados conflitantes nos diversos relatórios produzidos.

Segundo Ideli, o Ministério Público conseguiu a quebra de sigilo das contas CC-5 e descobriu que, entre 1998 e 1999, US\$ 15 bilhões passaram pelas contas CC-5 do Banestado, cifra semelhante à dos dois anos anteriores. A senadora informou já ter assinaturas suficientes para pedir a instauração de CPI.

Ideli maniestou sua expectativa de que o contrato de fornecimento de gás natural de petróleo ao Brasil pela Bolívia seja revisto no encontro dos chefes de Estado dos dois países, esta semana. Ela quer que o Brasil pague pelo consumo e não pelo valor total do contrato, como ocorre hoje. Segundo Ideli Salvatti, o Brasil paga pelo fornecimento de 17 milhões de metros cúbicos de gás por dia, mas consome apenas 11 milhões.



Ideli: auditor acusado ganhou um "atestado de idoneidade"

## Serys elogia artigo do diretor-geral do Senado

O artigo do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, publicado ontem no jornal *Correio Braziliense*, recebeu elogios da senadora Serys Slhessarenko. No texto, Agaciel fez análise da nova composição do Senado, fruto da renovação imposta pelas eleições de 2002. Serys considerou o artigo oportuno, uma vez que enfatiza a importância do Senado, no momento em que a instituição completa 180 anos.

— Agaciel realça a missão constitucional do Senado visando à construção de uma sociedade democrática, plural e voltada para o estabelecimento da justiça nos vá-



Serys disse que Agaciel ressaltou a missão constitucional do Senado na construção de uma sociedade democrática

rios aspectos da vida nacional — disse Serys.

No mesmo pronunciamento, a senadora relatou o trabalho de comitiva de deputados e senadores em áreas de fronteira no norte do país, acompanhados de integrantes do Exército. A função da comissão, afirmou a senadora, é conhecer os principais problemas das áreas de fronteiras e buscar soluções que garantam a soberania nacional naquelas regiões.

# Relator quer tratamento mais duro a preso perigoso

Entre as propostas, Demostenes sugere que o detento em regime de segurança máxima, integrante do crime organizado, fique isolado por 720 dias, prazo que poderia ser estendido até o final da pena

## Conselho de Ética decide hoje sobre abertura de processo

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), informou em entrevista à Agência Senado que a decisão prevista para hoje sobre a abertura ou não de processo de cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não poderá ser adiada.



Juvêncio da Fonseca descartou o adiamento da decisão

A reunião será realizada após a ordem do dia do Plenário. Será votado o relatório do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que pediu a abertura do processo por haver considerado, após investigação sumária realizada pelo conselho, que Antonio Carlos teve conhecimento da instalação de escutas telefônicas clandestinas na Bahia. Conforme o relator, o uso das informações pelo senador constitui quebra de decoro e fere a ética parlamentar.

O relatório recebeu pedido de vista coletivo na semana passada e, de acordo com Juvêncio, o Regimento Interno do Senado é claro ao definir que o prazo, improrrogável, da vista da matéria é de cinco sessões ordinárias e uma possível repetição da solicitação não é admitida.

A única possibilidade de adiamento da decisão, afirmou, seria no caso de a pauta de deliberações da Casa estar trancada pela não votação de medidas provisórias (MPs). Ele também descartou a hipótese de mudança do relatório pelo seu autor. Segundo Juvêncio, o parecer do relator já está sob exame dos demais membros. Além disso, afirmou Juvêncio, o senador Mesquita Júnior foi definitivo em seu voto, ao dizer que não cabe outro tipo de punição.

## Arthur Virgílio destaca prêmio ao jornal "A Crítica"

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), saudou em Plenário a Rede Calderaro de Comunicações pela conquista de quatro prêmios de excelência em *marketing* no concurso promovido pela Associação Internacional de Marketing Jornalístico (INMA) em Vancouver, Canadá. Foi premiado o jornal *A Crítica*, de Manaus, única publicação brasileira do gênero a competir nessa "espécie de Oscar jornalístico", afirmou.



Segundo Virgílio, prêmio é "espécie de Oscar jornalístico"

O reconhecimento internacional da atuação da cadeia amazônica de comunicação rendeu prêmios nas categorias Serviço à Comunidade, Promoções e Eventos para a População, Promoção em Rádio e Pesquisa em Jornal e Livros Informativos. Um dos carros-chefe da homenagem, relatou Virgílio, foi a campanha Ame o

Próximo, de doação de alimentos, brinquedos, material de higiene e eletrodomésticos.

— O projeto Ame o Próximo penetrou tão fundo na sensibilidade amazonense que até mesmo os detentos do Complexo Penitenciário Anísio Jobim colaboraram, jejuando por dois dias, a fim de doar o que não comeram a pessoas que precisavam desesperadamente de se alimentar.

A homenagem também foi impulsionada pela edição do livro *Commercial Information*, premiado no quesito Pesquisa em Jornal e Livros Informativos.

— O *Commercial Information* tinha a pretensão de contribuir para ampliar as perspectivas do Amazonas como destino de investimentos turísticos e empresariais — disse Arthur Virgílio.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou ontem, na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, seu parecer ao projeto de lei da Câmara que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Demostenes apresentou 18 emendas, tornando mais rígido o regime disciplinar diferenciado para presos oriundos do crime organizado. Os integrantes da subcomissão pediram vista coletiva do parecer. Por determinação regimental, os senadores terão cinco dias úteis para apreciar o texto. Nova reunião da subcomissão foi marcada para terça-feira da próxima semana.

Comparando a legislação brasileira com a italiana, o senador disse que a corte constitucional daquele país declarou que o regime disciplinar italiano não viola direitos humanos. "Assim, não há razão para que no Brasil — que possui vergonhoso histórico de rebeliões e corrupção em seus estabelecimentos penais, e dos quais os líderes de facções criminosas mantêm inabalado o comando de suas atividades — o regime disciplinar diferenciado seja tão benéfico aos criminosos", afirmou.

Demostenes destacou quatro emendas que modificam substancialmente o regime disciplinar diferenciado criado pelo projeto. A primeira delas estabelece que um preso que cometer falta grave, como matar outro detento, poderia ser isolado em prisão de segurança máxima por até 360 dias, prazo prorrogável pelo mesmo período. Um preso considerado de alto risco para a so-



A Subcomissão de Segurança Pública, que volta a se reunir na próxima terça-feira, pediu ontem vista coletiva do parecer de Demostenes Torres

cidade, mas que não pertença ao crime organizado, poderia também ficar isolado por até 360 dias, prazo prorrogável até o final da pena. Um prisioneiro de segurança máxima, integrante do crime organizado, poderia receber isolamento por 720 dias, podendo o prazo ser prorrogado igualmente até o final da pena.

Além disso, Demostenes estabeleceu que os presos de segurança máxima só poderão ter contato com advogados e parentes uma vez por mês. As visitas íntimas seriam proibidas, bem como o recebimento de alimentos, para evitar a entrada de armas e drogas no presídio. Conforme o senador, essas medidas visam quebrar a comunicação do preso com a sua organização criminosa.

### VIDEOCONFERÊNCIA

Outra modificação proposta refere-se à videoconferência nos interrogatórios feitos por juízes. Apenas com essa medida, explicou o senador, o estado de São Paulo poderia economizar os R\$ 17,5 milhões gastos este ano com

escortas de presos entre presídios e tribunais, além de aumentar a segurança dos juízes. "Somente este ano, 40 mil PMs foram retirados das ruas para fazer o 'turismo judiciário' nas escoltas", ressaltou.

Demostenes lembrou ainda que a Constituição brasileira foi promulgada num momento histórico em que o país acabava de sair de um regime autoritário, manifestando preocupação com cidadãos presos por perseguição política. Segundo ele, isso atou as mãos do Estado em vários aspectos.

— Não possuímos mais presos políticos, fruto daquela época. No entanto, nossa legislação não mudou, não seguiu o compasso dos anos democráticos, não previu a explosão da violência. Estados democráticos e de direito do mundo inteiro possuem sistemas penitenciários amplamente rígidos, os quais apresentam-se como uma outra forma de se combater o crime. As supremas cortes desses países não consideram tal rigidez uma afronta aos direitos humanos — concluiu.

## Simon lembra debate com juizes italianos

O depoimento dos magistrados italianos responsáveis pela Operação Mãos Limpas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em 1997, foi lembrado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao comentar a necessidade de medidas urgentes para combater o crime organizado no Brasil.

— Desde aquela época alertávamos para a gravidade do problema que, atualmente, atingiu proporções de calamidade pública — destacou o senador, autor do convite aos magistrados.

Conforme Simon, que coordenou os debates com os magistrados Gherardo Colombo, Piercamillo Davigo e Francesco Greco, a operação permitiu que a Itália conseguisse combater com eficiência a máfia e o crime organizado, que mantinham estreitas vinculações com o poder público.

Os depoimentos, que inspiraram projetos de lei e propostas de combate ao crime organizado em tramitação no Congresso, estão disponíveis para consulta na CCJ. A transcrição do debate foi publicada pelo senador Pedro



Simon coordenou em 1997 os debates na CCJ com magistrados da Operação Mãos Limpas

Simon na separata Operação Mãos Limpas — Audiência Pública com Magistrados Italianos.

## Valmir Amaral pede rigor no transporte de crianças

Senador acredita que uso de assentos próprios para a faixa etária contribuiria para reduzir lesão grave ou fatal durante colisões

Ao destacar que o Brasil é detentor de recordes nas estatísticas de acidentes no trânsito, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) pediu a regulamentação do transporte de crianças em veículos automotores. Ele justificou que a medida poderá preservar a vida de milhares de crianças, que, se envolvidas em acidentes, poderão ter maiores chances de sobreviver sem seqüelas.

— O novo Código de Trânsito Brasileiro, ao obrigar o transporte de crianças no banco traseiro, influenciou decisivamente na redução da



Valmir Amaral também sugere campanhas educativas e fiscalização mais rigorosa

mortalidade e do número de lesões graves de crianças. É preci-

so, contudo, termos coragem de ir além. Estudos de especialistas em traumatologia asseguram que o uso do cinto de segurança, quando combinado com o uso de assentos próprios para a faixa etária e para o tamanho da criança, é providência determinante na redução do risco de lesão grave ou fatal durante uma colisão — afirmou Valmir Amaral.

Outra sugestão apresentada pelo senador foi a de implantar campanhas educativas que incentivem as pessoas a observar as normas de segurança no trânsito. Ele pediu maior rigor na fiscalização e a implementação de medidas que acelerem os processos abertos contra os infratores.

## Zambiasi defende máscara em transportes coletivos

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que determina às companhias de transporte aéreo, ferroviário, aquaviário e rodoviário disponibilizar máscaras cirúrgicas descartáveis a seus passageiros e funcionários.

O senador argumenta que, com o surto mundial da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), mais conhecida como pneumonia asiática, ficou evidente o papel dos meios de transporte coletivo

na transmissão da doença, especialmente os aviões.

Um número maior de pessoas, disse o parlamentar, viajam longas distâncias disseminando o vírus sem sintomas e desconhecendo sua condição de portador. Segundo ele, a máscara diminuiria o contágio, já que, por mais preparados que sejam os atendentes e recepcionistas em terminais e até mesmo nos veículos, é praticamente impossível identificar todos os casos e impedir os passageiros contaminados de viajar.

Apesar das alegações das companhias aéreas de que os filtros com que são ocupados os aviões modernos são suficientes para impedir a transmissão de agentes infecciosos, pelo menos 13 pessoas contraíram o vírus da Sars num voo entre Hong Kong e Beijing, lembra o senador. Isso aconteceu, acrescentou, por elas terem compartilhado o avião com um passageiro idoso que, por sua vez, foi infectado ao visitar o irmão que estava internado com a doença em Hong Kong.

“Essa providência é um meio de proteção da população e dos usuários de transportes coletivos, em especial”, justifica Zambiasi.



Projeto de Sérgio Zambiasi prevê que companhias disponibilizem máscaras para passageiros

## Mercadante quer vestibular sem taxa para aluno carente

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou projeto de lei que determina a isenção de taxa de inscrição em vestibulares de universidades públicas para alunos vindos de escola pública. A proposta, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tem caráter terminativo: se aprovada, seguirá direto para a Câmara dos Deputados, a não ser que pelo menos nove senadores apresentem recurso para que seja examinada pelo Plenário.

O objetivo principal do projeto é democratizar o ensino superior, afirma o senador. É urgente, a seu ver, a eliminação de mecanismos de exclusão social de jovens e adultos das classes populares. Conforme pesquisa sobre perfil dos vestibulandos nas universidades federais citadas pelo senador, 25% dos candidatos vêm de famílias com renda de até três salários mínimos.

Além disso, aponta o senador, a cobrança está em desacordo com a Constituição. O texto constitui-



Proposta de Mercadante visa democratizar o acesso ao ensino superior no país

onal determina que União, estados e municípios só podem cobrar taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. A taxa de vestibular não se enquadraria nessa definição e, mesmo se assim fosse considerada, entende Mercadante, teria de se ajustar à capacidade econômica do contribuinte, conforme determinação constitucional.

## Fátima Cleide denuncia suposto incêndio criminoso

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) denunciou que incêndio ocorrido na sede da prefeitura de Corumbiara (RO), na madrugada do dia 5, teria sido um ato criminoso. O objetivo seria destruir provas de irregularidades supostamente praticadas pela administração municipal, entre elas a malversação de recursos públicos.

O incêndio, segundo a senadora, ocorreu horas após membros da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigava o prefeito Leidson Ferreira de Souza tomarem a decisão de encaminhar o processo ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, contrariando a decisão da maioria dos vereadores, que votaram pelo arquivamento do resultado dos trabalhos da CPI.

— Não há como deixar de estabelecer uma relação entre um fato e outro. Como se isso não bastasse, dois vereadores do PT que participaram da CPI estão sendo ameaçados. Queremos justiça. A população está revoltada, estamos revoltados, e caso nada seja apurado é temerário até imaginar



Para Paulo Paim, autor da proposta, medida é reivindicação antiga dos trabalhadores

## Projeto autoriza a falta de um dia ao trabalho

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) permite ao trabalhador faltar ao serviço um dia por ano sem prejuízo da remuneração. A matéria altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e terá decisão terminativa na comissão.

Na justificativa, o senador afirma que a proposta atende antiga reivindicação da classe trabalhadora. Paim argumenta que o servidor deve ter o direito de tratar de seus assuntos pessoais sem a necessidade de se justificar ao chefe.



Há indícios de interesse em destruir provas de irregularidades em Corumbiara, diz Fátima Cleide

o que pode acontecer, já que Corumbiara, assim como diversos municípios de Rondônia, vive na mais absoluta insegurança — afirmou Fátima Cleide.

O assassinato de três vereadores em Rondônia somente este ano também foi lembrado pela senadora. Ela destacou que o policial militar e vereador do PFL Laércio Daniel da Silva foi a última vítima, em abril. A senadora repudiou “a covardia, a dissimulação e a pusilanidade dos que, por obrigação e por dever de justiça, deveriam punir os algozes de Daniel”.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim e Romeu Tuma e pela senadora Serys Slhessarenko